Revista Científica
ENSINO E PESQUISA EM ENGENHARIAS E NEGÓCIOS (REPEN)

ESCOLA DE ENGENHARIA DE PIRACICABA - EEP

RESUMO DE ARTIGO

AS CINCO GERAÇÕES DE USO DO RECONHECIMENTO FACIAL E A LEI DE PRIVACIDADE AUSTRALIANA

Título do artigo em inglês: "*The five generations of facial recognition usage and the Australian privacy law*".
Autores do artigo: Jorge Conde, e Dan Jerker B. Svantesson

O texto original foi publicado por: International Data Privacy Law (Oxford Academic)
(DOI: https://doi.org/10.1093/idpl/ipae007)

Autor do resumo:
Prof. Dr. Marcelo Socorro Zambon

Como tema central, o artigo aborda os avanços nas tecnologias de reconhecimento facial e sua relação com a lei de privacidade de dados na Austrália, dividindo o uso do reconhecimento facial em cinco gerações.

Os objetivos do estudo podem ser assim sintetizados: O estudo tem como objetivo analisar os riscos e lacunas nas leis de privacidade de dados, especialmente no contexto australiano, e oferecer recomendações para reformas legislativas. Além disso, busca avaliar a preparação da lei de privacidade de dados para lidar com os riscos associados ao uso de Dados Biométricos Faciais, em inglês *Facial Biometric Data* (FBD) de quarta e quinta gerações.

Metodologicamente o artigo utiliza uma análise teórica e uma revisão da literatura existente sobre reconhecimento facial e leis de privacidade de dados. A metodologia inclui a categorização do uso de FBD em cinco gerações e a análise das implicações de cada uma delas.

A abordagem teórica do artigo é baseada na análise das gerações de uso de FBD e na avaliação das leis de privacidade de dados em relação a esses usos. A análise é feita através das lentes do Privacy Act 1988 (Cth) da Austrália.

Este artigo descreve os avanços nas tecnologias de biometria facial e os alinha com a lei de privacidade de dados australiana, explicando a divisão do uso de reconhecimento facial em cinco gerações distintas. O artigo analisa os riscos e lacunas nas leis de privacidade sobre os dados, particularmente na Austrália, e oferece recomendações para reforma da lei. Este artigo contribui para o discurso sobre a regulamentação de FBD ao propor uma nova classificação dos diferentes usos de dados biométricos faciais. Eles apontam alguns dos principais riscos que tal uso representa para a privacidade, afirmando ser necessário avaliar o quão bem-preparada a lei de privacidade de dados está para lidar com esses riscos.

Como conclusão principal, o artigo considera que as leis de privacidade de dados existentes não estão adequadamente equipadas para lidar com os desafios impostos pelo uso de FBD de quarta geração, que é particularmente invasivo e capaz de revelar características íntimas privadas. Recomenda-se a atualização das leis de privacidade de dados para acompanhar os avanços na tecnologia de FBD e proteger os direitos dos indivíduos.

Importância do artigo resumido:

Quando este artigo foi escrito, a Austrália estava em processo de reforma de sua lei de privacidade de dados da Commonwealth. Isso torna o foco na lei australiana particularmente oportuno e convincente.

O texto é importante porque destaca a necessidade urgente de reformar as leis de privacidade de dados para lidar com os avanços rápidos e invasivos na tecnologia de reconhecimento facial. A categorização das gerações de uso de Dados Biométricos Faciais, (*Facial Biometric Data* – FBD) fornece uma estrutura clara para entender os diferentes níveis de sofisticação e os riscos associados a cada um deles. Além disso, o artigo oferece recomendações práticas para melhorar a regulamentação e proteger a privacidade dos indivíduos. Por sim, esse tema de estudo além de mundialmente relevante, serve para sensibilizar para os necessários cuidados com privacidade e aspectos de segurança ligados a utilização de dados biométricas de quaisquer pessoas.

Sugere-se, portanto, e de forma enfática a leitura do texto artigo original! Ótimo aprofundamento!

Referência:

CONDE, Jorge; SVANTESSON, Dan Jerker B. The five generations of facial recognition usage and the Australian privacy law. International Data Privacy Law (Oxford Academic), v. 14, n. 3, p. 247–258, ago. 2024. Disponível em: < https://academic.oup.com/idpl/article/14/3/247/7697406 >. Acesso em: 8 março. 2025.